

# LETRAMENTO E AS PRÁTICAS SOCIAIS

## EDERALDO DIAS NAZARÉ

Graduação em Letras pela Universidade Bandeirante de São Paulo (2009); Especialista em Práticas em Alfabetização e Letramento pela Escola Superior de Administração (2016); Professor de Ensino Fundamental II - Língua Inglesa - na EMEF Eda Terezinha Chica Medeiros, Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental I – Anos iniciais – na EMEF Jardim Paulo VI.



## RESUMO

O objetivo do referente estudo é discutir o papel do letramento durante o processo educativo, considerando sua importância no desenvolvimento das competências leitora e escritora, possibilitando a aprendizagem significativa e trazendo oportunidades às práticas sociais dos estudantes. A linguagem como meio de interação social, nos permite entrar em contato com o mundo, é através dela que a história é construída, no contato com os diversos letramentos que permitem ao ser social dividir e estabelecer relações. Na educação infantil o letramento, durante o processo de alfabetização, se dá quase sempre por meio da oralidade e de outras formas de manifestação linguística. Estudar o letramento na educação, inclusive o letramento digital, na alfabetização tecnológica, implica em refletir sobre o desenvolvimento da linguagem com seu propósito social e a vinculação do poder dado às habilidades de leitura e escrita na sociedade denominada cartorial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Letramento; Alfabetização; Práticas sociais; Educação; Escola.

## INTRODUÇÃO

Segundo Soares (2006) “o letramento ultrapassa os limites da codificação e decodificação, ideia vinculada pela alfabetização, no processo sistêmico de adquirir as habilidades de leitura e escrita”. O letramento traz consigo a ideia de utilizar a língua e a linguagem com domínios sociais, à medida que permitem a interação e o exercício pleno das práticas sociais.

Embora haja uma visível distinção entre alfabetização e letramento, uma vez que alfabetizar denota a aquisição convencional da escrita, advinda necessariamente da educação sistematizada e proposital da escola, enquanto o letramento remete à competência do indivíduo no desenvolvimento das práticas sociais, ou seja, o uso que o ser social faz do saber sistêmico construído durante todo o processo educativo, alfabetização e letramento encontram pontos de convergência, pois o desenvolvimento da leitura e da escrita acontece senão para potencializar a participação do indivíduo no meio social. Daí a importância de se utilizar múltiplas linguagens e gêneros textuais no decorrer do

aquisição linguística.

A linguagem visual, musical, teatral, literária, entre outras e os diversos gêneros textuais nos quais encontram materialidade permitem o contato com possíveis e futuros usos sociais da língua. Dessa forma, a alfabetização ocorrerá dentro de um contexto em que faça sentido.

O letramento seria também o saber cognitivo, empírico, uma vez que nem todo indivíduo que desconhece o código não seja letrado. Nesse caso, mesmo que tenha oportunidades limitadas no uso da linguagem no âmbito social o indivíduo ainda consegue desempenhar e atuar socialmente com certa competência. O letramento viria então, não somente pela escola, mas também pela vida, pelo simples fato de se viver socialmente. Em contrapartida o fato de ser alfabetizado não seria suficiente para a compreensão do mundo, se a decodificação mecânica não trouxer atribuição de significado, será apenas o domínio simbólico dos signos e não do desempenho funcional da interação linguística. Logo, além de se aprender a escrever e ler, como ressalta Emília Ferreiro, “é preciso se refletir sobre sua função social, uma ideia é intrínseca a outra e não dicotômica” Ferreiro para ela não deveria haver dissociação entre o ato de alfabetizar e o ato de letrar, já que o primeiro sempre teve papel social e cultural.

## **A LEITURA E A ESCRITA NAS PRÁTICAS SOCIAIS**

É inquestionável o papel primordial da leitura no mundo contemporâneo, por meio dela a janela para o mundo é aberta, a possibilidade da transformação encontra força, o aprimoramento do pensar, do sentir e do agir torna-se notável. Afinal, o conhecimento e a autoconstrução acontecem senão pelo mergulho no oceano das palavras. No entanto, “A insistência na quantidade de leituras sem o devido adentramento nos textos a serem compreendidos, e não mecanicamente memorizados, revela uma visão mágica da palavra escrita” Freire (2011), isso porque para ele a leitura não pode ser vista como uma prática superficial, rápida e revelada em quantidades, ela deve estabelecer um papel investigativo na compreensão do significado. Não se trata de uma mágica interpretativa, mas de um trabalho a ser feito, trabalho este que requer dedicação e análise qualitativa. A compreensão do texto a ser alcançada, por meio dessa leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto.

Assim, qualquer indivíduo começa a realização de leituras, antes mesmo de ser alfabetizado, pois enquanto a alfabetização pressupõe “a compreensão e ao domínio do chamado código escrito, que se organiza em torno de relações entre a pauta sonora e as letras usadas para representá-la, a pauta, na escrita” Val (2006), o processo efetivo da leitura se inicia quando o indivíduo começa a perceber o mundo ao seu redor, “a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele” Freire (2011). Freire vê na alfabetização a possibilidade da continuidade da leitura do mundo, ainda que essa comece mesmo antes da alfabetização, é imprescindível que o indivíduo saiba ler a palavra, porquanto essa leitura desencadeará um aprofundamento na leitura e análise do mundo.

Daí o valor social da leitura e escrita, por meio do desenvolvimento das habilidades torna-se

possível a participação nas práticas sociais que as envolvem. A participação na cultura escrita traz consigo não somente a valorização social dada a ela, mas também a compreensão de aspectos da vida social que são limitados à palavra escrita.

A leitura e a escrita, como práticas sociais, permitem a ampliação ao acesso à informação e uma análise mais crítica e consciente da realidade.

## **O ALFATETIZAR LETRANDO**

Observando o processo de alfabetização, pode-se defini-lo como “a criação ou a montagem da expressão escrita da expressão oral. Esta montagem não pode ser feita pelo educador para ou sobre o alfabetizando. Aí tem ele um momento de sua tarefa criadora” Freire (2011). No entanto, como aponta Freire, durante esse processo é essencial que a aquisição da escrita não seja uma imposição sobre o alfabetizando, na qual ele é visto como um participante passivo ao decorrer desse processo. Todavia, é o alfabetizando que, em meio a uma atividade criadora, desencadeará o conhecimento do código e o desenvolvimento linguístico. Ainda que no momento da alfabetização o que se pretende “não é ainda uma compreensão profunda da realidade que se está analisando, é necessário estimular a capacidade crítica dos alfabetizandos, enquanto sujeitos do conhecimento” Freire (2006) estes precisam ser desafiados pelo objeto a ser conhecido, tendo consciência do papel do conhecimento linguístico e da ampliação na participação social.

Logo, se a alfabetização é o simples “processo específico e indispensável de apropriação do sistema da escrita, a conquista dos princípios alfabético e ortográfico que possibilitem ao aluno ler e escrever com autonomia” Val (2006), o letramento durante esse processo, evidencia a importância do uso social da leitura e da escrita desde o começo de sua aquisição.

O letramento, isto é, a prática social da leitura, acontece também no ambiente escolar, então a escola é o ambiente do letramento e o professor é o agente facilitador. No contato com os diversos gêneros textuais, em textos autênticos que possibilitarão aos alfabetizandos permearem entre diferentes domínios. Dessa forma, há vários tipos de letramentos associados a esses diferentes domínios sociais: letramento religioso, tecnológico, entre tantos outros, na reflexão e interpretação, leitura e compreensão de textos, leitura do mundo, função social, práticas sociais que utilizam a escrita, na condição de liberdade e construção da autonomia.

As práticas sociais que utilizam a escrita e a leitura convergem na preocupação do uso social do letramento. O alfabetizar letrando, então, pressupõe o uso social das habilidades da leitura e escrita desde o momento da alfabetização. Esse letramento torna-se presente no contato com os gêneros textuais e na alfabetização por meio do texto.

Assim, é possível desenvolver no aluno a competência comunicativa, fazendo-o transitar pelos diferentes domínios sociais em qualquer contexto de utilização da linguagem, sem é claro, desvalorizar o seu conhecimento de mundo e sua cultura trazida ao ambiente escolar. O letramento vai além do “conjunto de práticas que denotam a capacidade de uso de diferentes tipos de material

da autonomia no contato social com a linguagem. O uso social da linguagem, isto é, o permanente processo de letramento:

Abrange o processo de desenvolvimento e o uso dos sistemas da escrita nas sociedades, ou seja, o desenvolvimento histórico da escrita refletindo outras mudanças sociais e tecnológicas, como a alfabetização universal, a democratização do ensino, o acesso a fontes aparentemente ilimitadas de papel, o surgimento da internet. (KLEIMAN, 2005, p. 15)

O letramento, então, ultrapassa o simples contato com diversos tipos de gêneros textuais, dando à linguagem responsabilidade social, histórica e tecnológica.

## O PAPEL SOCIAL DA ESCOLA

Alguns responderão que a educação é responsável pela direção da sociedade, na medida em que ela é capaz de direcionar a vida social, salvando – a da situação em que se encontra; um segundo grupo entende que a educação reproduz a sociedade como ela está; há um terceiro grupo que diz que a educação é uma instância mediadora de uma forma de entender e viver a sociedade. Que ela deve servir de meio para a efetivação de uma concepção de sociedade.

Esses três grupos de entendimento de sentido da educação na sociedade podem ser expressos, respectivamente, pelos seguintes conceitos: educação como redenção; educação como reprodução e educação como um meio de transformação da sociedade.

Educação como redenção, esta concebe a sociedade como um conjunto de seres humanos que vivem e sobrevivem num todo orgânico. Propõe uma ação pedagógica otimista, do ponto de vista político, acreditando que a educação tem poderes quase que absolutos sobre a sociedade.

Educação como reprodução, esta afirma que a educação faz, integralmente, parte da sociedade e a reproduz. É determinada por seus condicionantes econômicos, sociais e políticos – portanto a serviço dessa mesma sociedade e de seus condicionantes. É também crítica em relação à compreensão da educação na sociedade, porém, pessimista, não vendo qualquer saída para ela, a não ser submeter – se aos seus condicionantes. (RECNEI – V. II).

Educação como transformação da sociedade, essa tem por perspectiva compreender a educação como mediação de um projeto social. Não se redime, nem reproduz a sociedade. É crítica, recusa – se tanto ao otimismo ilusório, quanto ao pessimismo imobilizador. Compreende a educação dentro de seus condicionantes e age estrategicamente para a sua transformação. Propõe desvendar e utilizar – se das próprias contradições da sociedade, para trabalhar realisticamente (criticamente) pela sua transformação.

A sociedade rejeita à educação identificada como reprodutora do sistema social, optam pela educação voltada para a transformação, esta que deve ter relação democrática entre educador e educando.

Claro, não será simples à educação, e aos educadores que a realizam, efetivar esse processo dentro de uma sociedade capitalista, pois que esta possui muitos mecanismos pelos quais ela se

O crescimento econômico brasileiro, acelerado nas últimas décadas, provocou grandes e profundas transformações sociais. O Brasil vai deixando de ser uma sociedade tradicional, agrária, transformando-se numa sociedade moderna, urbana e industrial.

As mudanças sociais, especificamente quando são muito rápidas, geralmente, geram novos problemas que podem dificultar ou atrasar o pleno desenvolvimento da sociedade.

Assim, a escola não somente possui papel social claramente definido, como é uma instituição socialmente construída, sempre acompanhando as mudanças históricas e as preocupações vigentes de cada época. Lá que o aluno adquirir não só parte do saber sistêmico, mas também formação social, potencializando sua participação na sociedade e construção pessoal.

Dessa forma, pode-se dizer que a escola existe por causa e pelo indivíduo, como agente socialmente transformadora ela promove sua mobilidade e com isso a ascensão do indivíduo na estratificação social.

O ser humano é agente transformador consciente, capaz de mudar a realidade e as condições que a cerca de acordo com seus propósitos e necessidades, então não há como pensar na função social da escola, sem pensar no indivíduo social que a sociedade quer, para tal a escola tem papel fundamental no desenvolvimento do cidadão autônomo e crítico, visando sua participação plena em seu meio. Libâneo aponta objetivos que traduziriam a função social da Instituição:

1. Promover o desenvolvimento de capacidades cognitivas, operativas e sociais dos alunos (processos mentais, estratégias de aprendizagem, competências do pensar, pensamento crítico), por meio dos conteúdos escolares.
2. Promover as condições para o fortalecimento da subjetividade e da identidade cultural dos alunos, incluindo o desenvolvimento da criatividade, da sensibilidade, da imaginação.
3. Preparar para o trabalho e para a sociedade tecnológica e comunicacional(...)
4. Formar para a cidadania crítica, isto é, formar um cidadão-trabalhador capaz de interferir criticamente na realidade para transformá-la e não apenas formar para o mercado de trabalho.
5. Desenvolver a formação para valores éticos, isto é, formação de qualidades morais, traços de caráter, atitudes, convicções humanistas e humanitárias. (LIBÂNEO, 2004, p.53-4)

O desenvolvimento de suas potencialidades, no tocante às habilidades e aprendizagens, propiciaria a formação para o trabalho, atendendo as novas exigências da sociedade tecnológica e comunicacional. Já o desenvolvimento da identidade cultural, dos valores éticos e da cidadania crítica, possibilitaria a intervenção do indivíduo na realidade social. Então, a escola não poderia ter seu plano político pedagógico pautado numa visão tecnicista na formação do indivíduo, uma vez que transformar a realidade implica no indivíduo se reconhecer dentro dela, como sujeito atuante, num contexto de possibilidades de mudança, e isso só será possível se a escola o revelar como indivíduo social e histórico.

A Constituição Federal de 1988, art. 206 aponta princípios norteadores da Educação escolar, que além de evidenciar seu aspecto formal, sinalizariam sua função intrinsecamente social. “I igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, VI gestão democrática do ensino público, na forma da lei, VII garantia de padrão de qualidade”, estes princípios incidem na importância de se ter uma gestão democrática e preocupada com a educação para a vida.

Assim como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases também aborda o fazer social da escola e aponta em seu artigo 3º inciso IX “garantia de padrão de qualidade e no inciso IX vinculação entre a educação escolar e as práticas sociais”. Além de deixar clara a importância da articulação entre as famílias e a comunidade, promovendo a integração da sociedade com a escola. Nesse sentido, a escola possui papel social, pedagógico e político, afinal, educar é um ato político e pedagógico e a escola como Instituição que preconiza o desenvolvimento humano, não pode ser desvinculada de seu momento social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A linguagem como meio de interação social, nos permite entrar em contato com o mundo, é através dela que a história da humanidade é construída, no contato com os diversos letramentos que permitem ao ser social dividir e estabelecer relações.

O letramento ultrapassa o simples contato com diversos tipos de gêneros textuais, dando à linguagem responsabilidade social, histórica e tecnológica. É por meio da linguagem em suas múltiplas formas, através dos gêneros textuais que nos constituímos e somos por ela constituídos. O letramento, como fato indispensável à prática social, para além da simples decodificação do código escrito, traz consigo inúmeras possibilidades de vivências cidadãs. Dessa forma, escola como instituição formadora e questionadora da realidade social primará pelo desenvolvimento de práticas significativas de leitura e escrita, para que seu papel social seja cumprido e os estudantes possam exercer suas práticas sociais com autonomia e consciência reflexiva.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Comunicação Verbal**. 6 ed – WMF Martins Fontes, 2011

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37 ed – Rio de Janeiro:Lucerna, 2005.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira**. Lei nº 9.394/96

COSCARELLI, Carla, RIBEIRO, Ana Elisa. **Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas**. 3 ed – Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2011.

**Dicionário Houaiss**, 2004.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana (1985). **Psicogênese da língua escrita**. Tradução de Diana M. Linchestein et al. Porte Alegre: Artes Médicas.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 5 ed – São Paulo: Cortez, 2011.

KLEIMAN, Angela. **Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura**. Campinas: Pontes, 1989.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5 ed. revista e ampliada. Goiânia: Alternativa, 2004.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Fenômenos da Linguagem**. 1 Ed – São Paulo: Lucerna, 2007

SANTAELLA, Lucia. **Matrizes da linguagem pensamento: sonora, visual, verbal**. São Paulo: Iluminuras/Fapesp, 2001. p. 432

SOARES, Magda Becker. **Alfabetização e Letramento**. 1 ed – Contexto, 2003

SOARES, Magda. **Letramento: Um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOUSA, Rosineide Magalhães de. **Gênero discursivo mediacional da elaboração à recepção: uma pesquisa na perspectiva etnográfica.** 2006. 257 f. Tese (Doutorado em Linguística) -Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

VAL, Maria G. C. **O que é ser alfabetizado e letrado?** In: Carvalho, Maria A. F. & Mendonça, Rosa H. (org.). Práticas de leitura e escrita. Brasília: Ministério da Educação, 2006.